



# Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • N° 206 • Quarta-feira, 30 de Agosto de 2017 • [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz) • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



## PME DEVEM DIVERSIFICAR ECONOMIA

Págs. 3 a 5



## Sistema de Segurança Social

# TCP JÁ PODEM PAGAR CONTRIBUIÇÕES ADIANTADAS

Os Trabalhadores por Conta Própria (TCP) já podem pagar as suas contribuições ao Sistema Nacional de Seguro Social com adiantamentos, segundo um novo regulamento de Segurança Social Obrigatória aprovado esta terça-feira pelo Conselho de Ministros, reunido na sua 30.ª sessão ordinária. Segundo explicou a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, a aprovação do novo Regulamento de Segurança Social Obrigatória visa adequar o sistema à realidade socioeconómica actual do país.

O anterior instrumento vigora há dez anos e, de lá a esta parte, houve significativas mudanças no sistema económico do país, como por exemplo a alteração da forma de definição dos salários mínimos, que passou de dois, em 2007, para oito, facto que justifica a actualização dos mecanismos de fixação das pensões.

"Por outro lado, até 2012, o sistema era gerido de forma manual e, actualmente, as pensões são pagas via banco. Temos de ter em conta que o nosso Sistema de Segurança Social foi criado em 1989 e já tem uma maturidade de 27 anos, por isso que é importante se adoptarem medidas e mecanismos inovadores que permitam maior eficiência e eficácia na gestão deste sistema e na cobrança de contribuições", esclareceu a governante.

Para além dos factos anteriores, Vitória Diogo explicou que a medida apresenta várias inovações, com destaque para o alargamento do prazo de garantia para concessão de pensões, passando dos



Trabalhadores por Conta Própria com mais benefícios de segurança social, nos termos do novo regulamento aprovado pelo Governo

anteriores dez anos mínimos para 20 anos de contribuições.

O instrumento introduz igualmente uma nova pensão designada pensão reduzida, que vem resolver uma grande preocupação na sociedade, uma vez que há trabalhadores que atingem o período de reforma sem terem contribuído o tempo suficiente. Esta é uma inovação que garante benefícios a trabalhadores que tenham pago pelo menos metade das contribuições. Assim, vão passar a ganhar uma pensão reduzida vitalícia, para além de abrir espaço de pagamento adiantando para trabalhadores por conta própria.

Na mesma sessão, o Conselho de Ministros aprovou a proposta de Lei do Sector Empresarial do Estado, que será submetida à aprovação pela Assembleia da República. Trata-se dum instrumento que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector em menção, que é constituído pelo conjunto das unidades produtivas e comerciais

do Estado.

A porta-voz da sessão, Ana Comoana, explicou que o objectivo principal é dotar o sector empresarial do Estado de um quadro legal que possa promover uma maior eficiência e sustentabilidade económica.

Ainda na mesma sessão, o Conselho de Ministros apreciou e aprovou os Termos do Contrato Mineiro para Extração de Grafite no distrito de Balama, em Cabo Delgado. Também apreciou a informação sobre a preparação do Festival do Combatente, que terá lugar na província do Niassa, no dia 7 de Setembro, tendo constatado que as condições estão criadas e a efeméride contará com a participação de 4299 combatentes e com presença do Presidente da República, Filipe Nyusi.

Igualmente, foram objecto de apreciação os relatórios da visita de trabalho ao país do Presidente da República da África do Sul, Jacob Zuma; da reunião interministerial da TICAD; o Plano de Acção de Participação de Moçambique

na Expo – 2020, em Dubai, e as informações sobre o balanço da Implementação da Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC), bem como a situação fitossanitária no país.

Sobre este último ponto, foi referido que a situação se mantém estacionária, mas com tendência de melhorar em alguns casos.

"O Governo vai continuar a manter a vigilância sobre a sanidade vegetal, de modo a evitar a propagação de pragas, predominantemente associadas a mudanças climáticas, intensificando a implantação de clínicas especiais de prevenção e controlo, bem como expandir de dez para 68", disse, referindo que também se vão implementar programas e planos de manejo e controlo que visam prevenir a propagação, sobretudo, da lagarta migrador africano e da chamada tuta absoluta, que atacam o milho e o tomateiro, respectivamente.





FACIM 2017

# NYUSI INSTA PME A BUSCAREM FORMAS DE SUSTENTABILIDADE



O Presidente da República percorreu vários "stands" e dialogou com os expositores

O Presidente da República, Filipe Nyusi, defende a necessidade de as Pequenas e Médias Empresas (PME) buscarem cada vez mais formas de diversificar a economia nacional e se tornarem sustentáveis, estabelecendo parcerias ou outras formas, incluindo o recurso à Bolsa de Valores de Moçambique.

O Chefe de Estado falava esta segunda-feira na abertura da 53.ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), em que defendeu que este segmento de empresas deve estimular novas iniciativas de investimento público-privado

e criar oportunidades de negócios junto de grandes empresas, bem como manter intercâmbio com companhias internacionais para garantir cada vez mais maiores exportações de produtos nacionais.

Considerando o papel das PME na diversificação da economia, o governante disse ser urgente que elas aproveitem a feira para alargar o mercado dos produtos nacionais, expondo as potencialidades do país.

"Esta é mais uma oportunidade para alargar o mercado e os produtos nacionais, internacionalizar a economia moçambicana, expor as potencialidades de produção e aumentar a diver-

sificação de exportações", afirmou.

"Esperamos que, nesta edição, as PME identifiquem e conjuguem parcerias de ganhos quantitativos e qualitativos no acesso a tecnologias, conhecimento e fortalecimento do capital", disse Nyusi.

Por outro lado, o PR referiu que a FACIM constitui uma oportunidade única para garantir o fortalecimento da cooperação entre Moçambique e outros países.

Aliás, o lema desta edição, a sétima consecutiva a decorrer em Ricatla, distrito de Marracuene, é "Moçambique e o mundo: alargando o mercado, promovendo investimento e potenciando

parcerias".

Explicou que, enquanto feira anual e multisectorial, a FACIM tem a faculdade de congregar, num único espaço, todos os sectores económicos à escala nacional e internacional, consagrando-se num lugar privilegiado de encontro para o empresariado nacional e estrangeiro".

Para Nyusi, a realização da 53.ª feira revela que Moçambique é hoje um país mais aberto para oportunidades de investimentos nacionais e estrangeiros.

"O nosso Governo tem estado a realizar acções que garantam a melhoria da produção e produtividade, melhorando todos os sectores", referiu.

O evento conta com presença de 1900 expositores, dos quais 1600 são empresas nacionais e os restantes estrangeiros provenientes de 20 países, sendo novidade a Bielorrússia. Sobre a participação de empresas estrangeiras, Nyusi disse que esta constitui uma oportunidade para reforçar a promoção e aprofundamento da cooperação com Moçambique.

"A vossa presença constitui uma ocasião singular para o reforço e promoção do aprofundamento da cooperação entre o povo de Moçambique e os vossos países", disse, salientando que investir em Moçambique é estar na montra regional e do continente africano.





Stand de exposição de gado na FACIM

## DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL

Como tem sido comum, a FACIM abriu por volta das 9:00 horas, com o PR a cortar a fita, na presença de outros membros do Governo, incluindo o governador da província de Maputo.

O primeiro ponto escalado foi o Pavilhão de Moçambique, onde todas as províncias apresentam as suas potencialidades, desde as do sector agrário, mineiro, florestal, marinho, até cultural e turístico, incluindo inovações tecnológicas. Interagindo com os expositores, seguiu para o pavilhão Matchedje, onde estão expostas empresas estrangeiras. Também visitou as tendas exclusivas dos sectores da energia, agricultura, PME, bem como a área reservada à pecuária.

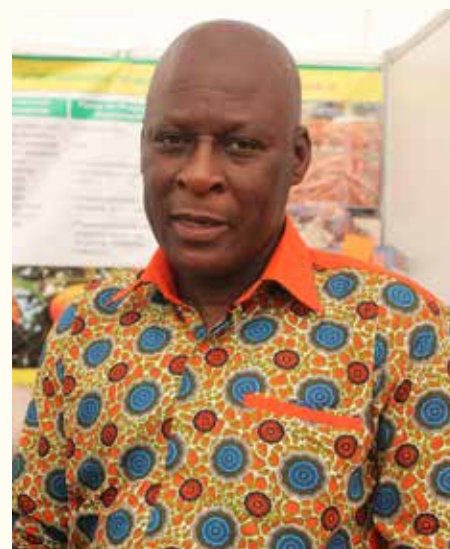
Em entrevista à nossa reportagem, alguns expositores disseram estar expectantes com a feira, esperando mostrar as potencialidades que possuem, mas também estabelecer parcerias para investimento em Moçambique e, do lado do estrangeiro, conseguir parceiros para venda ou colocação de seus serviços.



Florêncio Chavango, de Cabo Delgado

Por exemplo, Cabo Delgado adoptou para a presente feira o lema "Promovendo as cadeias de valores dos recursos nacionais", o qual desafia a região a promover o processamento tanto do sector agrícola como de recursos naturais, incluindo os minerais.

"Queremos atrair investimentos para preencher este vazio do processamento na agricultura, pesca, turismo e recursos naturais", disse Florêncio Chavango, director da Indústria e Comércio, salientando que a partir desta feira "queremos atrair investidores



João Chacanzhanza, de Inhambane

para as diferentes cadeias de valor disponíveis na província".

Inhambane, Terra de Boa Gente, leva à FACIM produtos agrícolas, frutas, turismo, pesca, piripiri, óleo de coco e outros produtos, mas busca também parceiros para processarem a produção agrícola.

"Inhambane está a caminhar bem no processamento, mas queremos mais e grandes empresas que nos garantam o consumo, todo o ano, de tudo o que a gente produz através do processamento", explicou João Chacanzhanza,



director da Indústria de Comércio.

Alemanha é um dos tradicionais expositores da FACIM e este ano participa com sete empresas, incluindo a gigantesca Siemens, que promete anunciar ainda esta semana um novo produto para Moçambique.

Os alemães têm expectativas de criar novos parceiros de negócios e estabelecer contactos para investimentos em novas áreas, havendo já um trabalho do governo alemão para a materialização deste desiderato em Moçambique.

Já Portugal participa com 32

empresas, sendo sete novas, ligadas às áreas agro-alimentar, de construção civil, ambiente e seguros.

Por sua vez, a África do Sul, um dos maiores investidores no país, vem com 30 empresas, das quais 10 são de província fronteiriça de Mpumalanga e 20 de outras

regiões.

Os responsáveis desta delegação procuram sobretudo parcerias com empresas moçambicanas para terem acesso ao mercado nacional, onde possam colocar os seus produtos em grandes quantidades.



Diferentemente do passado, este ano foram premiados PME na abertura da FACIM

Uma das novidades desta edição da FACIM, no capítulo das premiações, é que, diferentemente dos anos anteriores, em que foram galardoados os maiores exportadores, investidores, este ano a organização olhou apenas para as maiores PME e os maiores investidores de 2012 a 2016.

Para a categoria de Pescas, o primeiro

classificado foi a Pesca Moz Ltd; Agricultura, Tenga Ltd; Mineiro, Temane Ltd; e Produtos Manufaturas para Ecomoz - Energias Renováveis. Para PME revelação foi premiada a empresa Florista Lena. Ainda tiveram prémios os segundos e terceiros classificados nas mesmas categorias.

Dos maiores investidores 2012-2016,

foram premiados na categoria Agrícola a empresa Make In Moz; Energias, Kuvaninga Energy; Infra-estruturas, MPDC-SA; Serviços, PUMA Energy Moz; Turismo, Maputo AFFEC Gloria; Indústria, Middal.

A FACIM encerra no dia 3 de Setembro e os organizadores esperam superar o número de visitantes da última edição.



**PROPRIEDADE DE:  
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,  
N.º 780, 1.º andar  
email: [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

#### FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinque, Líria Samissone, Leonildo Balango e Pilatos Pires

Revisão: Mário Bento Vasco

Maquetização: Januário Magaia



# ÁFRICA NÃO PODE DEPENDER DE FONTES ESGOTÁVEIS

– defende PR, Filipe Nyusi, na reunião interministerial da TICAD

Texto: Leonildo Balango  
Foto: Januário Magaia



A abertura da TICAD VI foi feita pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, com desafios para os países africanos



Mínistro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Tro Kono

O continente africano é uma das regiões do mundo ricas em recursos naturais, desde os florestais e marinhos, aos minerais, cuja exploração tem sido feita de forma intensiva e sem processamento primário internamente.

A abundância destes recursos, sobretudo o ouro, diamantes, petróleo, gás, carvão mineral, por serem de grande valor no mercado internacional, faz com que muitos governos subalternizem ou esqueçam de investir em outras áreas de desenvolvimento, como agricultura, pesca e outras áreas, deixando as economias dependerem única e exclusivamente de fontes esgotáveis.

Esta situação faz com que os países sejam vulneráveis a choques económicos externos e a outras situações arriscadas porque, de acordo com o Presidente da República, Filipe Nyusi, são recursos esgotáveis e sensíveis a oscilações no mercado.

Por isso que o governante defende a diversificação da economia através de parcerias como condição basilar para o combate à pobreza.



"África não pode continuar a hipotecar o seu crescimento e desenvolvimento económicos a fontes limitadas de receitas que dependem exclusivamente das exportações dos recursos naturais de que dispõe na sua forma primária. Primeiro porque são esgotáveis e, segundo, porque são sensíveis a oscilações", defendeu o dirigente na abertura da 6.ª Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África (TICAD).

O estadista moçambicano defendeu que a forma mais eficaz de aproveitar estes recursos é promover o seu uso sustentável e agregado, permitindo primeiro a sua exploração interna

para agregar valor, mas também diversificar a economia. Para o efeito, o sector privado deverá assumir um papel preponderante no desenvolvimento de projectos de investimento e de transferência de tecnologias e conhecimentos.

"Uma opção infalível é a participação cada vez mais forte do sector privado como um parceiro estratégico dos governos no impulso ao crescimento e desenvolvimento", disse, salientando que Moçambique já está a dar passos visíveis nesse sentido.

Outra condição para o efeito é a manutenção da paz, e o continente prevê o calar das armas até 2020.

"Em Moçambique estamos profundamente comprometidos em calar as armas até 2020", declarou, salientando que este é também um objectivo continental.

Sobre o encontro, que juntou 34 ministros africanos dos Negócios Estrangeiros e Segurança e japonês, bem como quadros daquele país para debater os desafios do continente e possibilidades de cooperação, defendeu que a participação de Moçambique no processo da TICAD é positiva e com impacto significativo no desenvolvimento das infra-estruturas, como o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que inclui um sistema ferro-portuário e

rodoviário, hospitais e centros de formação, para além da atribuição de bolsas de estudo a moçambicanos.

Sobre a situação económica mundial, africana e do país, o PR demonstrou que a recessão que se verifica é mundial e que abrange quase todos os países. Defende que o crescimento do continente africano será possível com a transformação estrutural das relações económicas tradicionais e dos modelos de produção, reduzindo o que chamou de "interacção política formalista e burocratizada", privilegiando a concentração na conclusão dos projectos em curso.

## JAPÃO RENOVA COMPROMISSO NAS RELAÇÕES COM ÁFRICA



A TICAD reuniu Japão e África em Maputo com renovação de compromisso

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Tro Kono, disse que o seu país continuará a enviar esforços visando assegurar o comércio livre e fortalecer

as rotas de ligação entre a Ásia e África, incluindo o investimento qualitativo em infra-estruturas. A fonte disse ser crença da TICAD que, através da junção da

inteligência de vários parceiros, é possível alcançar aquilo que um país sozinho não consegue concretizar.

O dirigente nipónico salientou

que a reunião de Maputo, que marcou os 15 anos da TICAD, tornou-se numa plataforma de desenvolvimento de África, tendo sido aplicados, só no ano passado, 5 mil milhões de dólares no continente em três áreas, nomeadamente indústria, resiliência e saúde e estabilidade social. Disse que o Japão está a acelerar os seus investimentos para melhorar a conectividade do continente, criando mecanismos para sistemas seguros de navegabilidade dos mares, obedecendo a normas internacionais.

A componente da saúde, disse estar a ser promovida através da formação e outras actividades que incluem alimentação nutricional e cobertura universal.

Desde que a iniciativa TICAD foi criada, encontrando-se já na sexta versão, o Japão investiu cerca de 38 mil milhões de dólares em diferentes áreas, que incluem expansão da rede eléctrica.

### TICAD: COMPLEMENTO CRUCIAL AOS ESFORÇOS DE ÁFRICA

Para o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói, a relação entre África, Japão e parceiros de cooperação e desenvolvimento, no quadro da TICAD, constitui um complemento crucial aos esforços empreendidos pelos povos e governos de África nas áreas críticas de desenvolvimento.

"Por isso, reiteramos a nossa de-

terminação de continuarmos a realizar acções visando à consolidação desta parceria dinâmica, sempre privilegiando uma cooperação baseada em benefícios mútuos para todas as partes interessadas", disse o governante no encerramento do evento, que analisou o relatório sobre o progresso das acções aprovadas na última reunião ministerial de Nairobi e discutiu os desafios que

o continente africano enfrenta na actualidade, nomeadamente a segurança, vulnerabilidade climática e as possíveis soluções. A reunião ministerial da TICAD foi organizada pelo governo do Japão, em parceria com as Nações Unidas, Banco Mundial e Comissão da União Africana, devendo a próxima ter lugar no Japão, em 2018.



# “OPERAÇÃO TRONCO” RENDEU 700 MILHÕES MT AO ESTADO

Texto: Brígida da Cruz Henrique



Filipe Nyusi escalou o MITADER em mais uma visita de trabalho

A “Operação Tronco”, uma campanha levada a cabo pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) durante os primeiros meses do ano em curso, com vista a reduzir os desmandos no sector madeireiro nacional, resultou na aplicação de 2639 multas, que correspondem a mais de 700 milhões de meticais, pelo incumprimento das normas de exploração dos recursos florestais.

Além disso, segundo dados avançados há dias pelo ministro Celso Correio, no âmbito da visita do Chefe de Estado, Filipe Nyusi, àquele pelouro, estão proibidos de exploração e venda de madeira 330 operadores. Fazendo o balanço de meio-termo do quinquénio, o go-

vernante destacou a apreensão de 222.376,42 metros cúbicos de madeira em toro, 18.293 metros cúbicos de madeira serrada, entre outros produtos florestais. Com a madeira apreendida, serão fabricadas até 2019 mais de 800 mil carteiras escolares a serem distribuídas um pouco por todas as escolas do país. Em termos de produção, referiu que foram exportados cerca de 335 mil metros cúbicos de madeira em toro e 606 mil de madeira serrada para a China, o maior comprador. Correia apontou que entre 2015 e 2016 foram reflorestados perto de 4140 hectares com espécies nativas e exóticas, para fins de conservação e benefícios comunitários. No que concerne ao maneio comunitário dos recursos florestais, o MITADER canalizou 118 milhões de meticais para

805 comunidades residentes nas áreas onde ocorre a exploração florestal.

No contexto da terra e ordenamento territorial, através do programa Terra Segura, o MITADER conseguiu atribuir 500 mil DUAT, representando uma subida de 1,6 por cento, para dez por cento da população, que passou a ter o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra.

A visita do PR ao MITADER, como noutras instituições por onde passou, tinha em vista monitorar a implementação do Plano Quinquenal do Governo 2015-2019. Assim, resumiu-se na verificação das actividades em curso, interacção com os profissionais de todos os níveis e terminou numa reunião com os quadros de cada instituição, em conselhos consultivo.

O ponto de entrada foi o edifi-

cio-sede, onde funciona o gabinete do ministro, seguindo-se o Instituto Médio de Planeamento Físico, onde se in-teirou das técnicas modernas e tradicionais e benefícios decorrentes do planeamento urbano e rural. Importante foi saber que nas zonas urbanas e rurais os talhões devem ter dimensões de trinta por quarenta metros e cinquenta por cinquenta, respectivamente, com arruamentos e reservas para instituições públicas.

Neste instituto, o PR assistiu à cerimónia de graduação de 95 finalistas dos cursos de Planeamento Físico e Topografia, a quem recomendou profissionalismo, disciplina e responsabilidade nas suas actividades, tendo em conta a exiguidade de técnicos no sector do planeamento físico. Outra área visitada foi o Fundo de Desenvolvimento Sustentável (FUNDER), que se destina à angariação e financiamento de projectos de desenvolvimento rural. Aqui, Nyusi soube que este sector dá apoio técnico aos produtores do sector familiar para aumentarem as suas áreas de cultivo, uso de novas técnicas de produção e sensibilização do sector privado para a bancarização das zonas rurais.

No Conselho Consultivo, o PR elogiou a convivência e a interacção entre os funcionários mais novos e velhos e, sobretudo, como os últimos se adaptam às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

“Hoje vim para visitar o Ministério, mas voltarei para trabalhar”, disse em jeito de fecho da reunião que durou poucos minutos.



## Reabilitação da EN4

# SECÇÃO 16 CONCLUÍDA ATÉ DEZEMBRO

Texto: Lúria Samissonne

A reabilitação da Estrada Nacional Número 4 (EN4) está a ganhar forma, com algumas secções já a apresentarem melhorias e um bom nível de execução dos trabalhos.

Por exemplo, a secção 16 da rodovia, que vai do nó da Moamba até Ressano Garcia, com 40 quilómetros, já regista 16 por cento do nível de execução, garantindo-se que seja entregue até dia 15 de Dezembro.

Os trabalhos de reabilitação deste troço, avaliados em 800 milhões, consistem no melhoramento do piso, com a colocação de novo asfalto, aumento do número das pistas de pagamento da portagem de Moamba, de quatro para oito, para face às enchentes nos períodos de pico, mais precisamente durante a Páscoa e o Natal, em que há muito fluxo de viaturas a entrar e sair do país.

Refira-se que a portagem da Moamba adoptou o uso de painéis solares durante o dia para minimizar os custos de energia e durante o período nocturno usa a energia da rede ou geradores, segundo o director de Manutenção da Trans African Concessions (TRAC), Fenias Mazive.

Igualmente, a cada 200 metros foram colocadas placas para localização das viaturas que avariarem.

O outro troço em reabilitação parte do cruzamento da Shoprite da Matola à Praça 16 de Junho, na cidade de Maputo, com dez quilómetros de extensão, cujas obras estão com 5 por cento do nível de execução.



O troço Shoprite da Matola-Praça 16 de Junho está a ser alargado

Mazive disse que no momento estão em curso as obras de contenção, remoção da iluminação e construção da base para a faixa central da estrada, reabilitação do pavimento antigo e adição de mais duas faixas de rodagem.

As pontes e os viadutos ao longo deste troço estão também a beneficiar de reabilitação e ampliação.

Na zona de Pilivim está sendo erguida uma rua paralela para impedir que residentes e negociantes, sobretudo os localizados nas bermas da estrada, tenham acesso directo à via principal. Isto visa garantir a transitabilidade, mobilidade e minimizar o risco de ocorrência de acidentes. Também está a ser construída uma vala de drenagem que parte do interior da zona de Pilivim para escoar a água da chuva, de modo impedir o alagamento na época chuvosa.

Até ao momento, nenhuma das 57 famílias que residem nas bermas da rodovia foi reassentada, sendo que o processo está a ser liderado pela Administração Nacional de Estrada (ANE). Neste momento decorrem conversações, presumindo-se que possam ser alojadas na Moamba.

Devido às obras, o tráfego tem sido intenso e, por isso, apela-se à condução prudente e obediência aos sinais temporários.

Entretanto, os automobilistas utentes da via consideram que os trabalhos de reabilitação estão a condicionar muito o tráfego, provocando longas filas e atrasos aos locais de trabalho.

"Está muito difícil chegar à cidade nestes dias. Até os que não dependem do transporte semicolectivo são obrigados

a levantar cedo para não atrasarem aos locais de trabalho", deplorou Ernesto Banze, utente da via e residente no bairro do Fomento, defendendo que se deviam encontrar boas alternativas para evitar engarrafamentos por conta desta reabilitação.

A EN4 conta com uma báscula na localidade de Pessene, na Moamba, com duas balanças para fiscalizar o peso dos camiões de modo a evitar a degradação precoce da via, sendo pesadas diariamente mil a 1500 viaturas.

"Diariamente são aplicadas multas devido ao excesso de carga naquela báscula", disse Fenias Mazive.

As obras de reabilitação e alargamento da EN4 estão avaliadas 2.4 mil milhões meticais, fundos totalmente da TRAC, a concessionária da via.

No primeiro semestre de 2017

## TETE CRIA DEZ MIL POSTOS DE TRABALHO

*A província de Tete criou, durante o primeiro semestre do ano em curso, cerca de 10 mil postos de trabalho, sendo a empresa Moçambique Leaf Tobacco (MLT) a que mais contribuiu, com 1624 empregos permanentes, superando a administração pública, as mineradoras Vale e Jindhal e as empresas de construção civil.*



Ministra Vitória Diogo inaugura mais uma unidade de formação profissional

No domínio da protecção social obrigatória, 3910 trabalhadores e 277 empresas passaram a fazer parte do sistema de segurança social nesta parcela do país, com grande parque industrial, significando que mais pessoas passaram a estar cobertas contra os riscos da incerteza quanto ao futuro, na velhice e na doença ou contra a perda momentânea da capacidade de trabalho.

Ainda no domínio da segurança social, foram inscritos no mesmo período 336 trabalhadores por conta própria, podendo assim poupar para o futuro.

Estes dados foram facultados pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, no quadro da visita de três dias à província de Tete.

"É importante exortar todas as entidades empregadoras, bem como aos trabalhadores por conta própria, para que honrem os seus

compromissos, canalizando as contribuições para a segurança social, evitando, desta forma, acumular dívidas para com o sistema e a coarctação do direito dos trabalhadores de beneficiarem das pensões e outras prestações em caso de necessidade", disse a ministra. A governante explicou que, ainda no quadro da protecção social, o Governo está a rever o Regulamento de Segurança Social Obrigatória, visando, dentre outros aspectos, estimular uma maior permanência no trabalho activo e desencorajar a constituição do direito à pensão de reforma, de forma antecipada.

Numa outra abordagem, Vitória Diogo referiu que o Centro de Mediação e Arbitragem Laboral (CEMAL), visando contribuir para a estabilidade e paz laboral nas empresas, realizou 384 visitas, tendo detectado irregularidades ou infracções que resultaram em advertências.

### FORMAÇÃO IMPORTANTE PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A formação do capital humano está no epicentro do desenvolvimento de Moçambique, razão pela qual consta dos cinco pilares do Programa Quinquenal do Governo, pois é no Homem que reside a força motriz para a transformação da sociedade e de um país.

Atendendo a este desiderato, em 2015 o Executivo criou o programa de unidades móveis denominado "Escolas que andam", alocadas aos distritos para dotar a população local de competências profissionais.

Com efeito, foi entregue há dias mais uma unidade móvel no distrito de Marara, província de Tete, para formar a população local nas áreas de serralharia e electricidade, durante dois meses, sem nenhum custo.

Na ocasião, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, que dirigiu a cerimónia, referiu que as unidades móveis têm uma componente social forte, pois permitem alcançar a população jovem carenciada e

que reside em zonas recônditas deste país.

Disse igualmente que, com outra unidade móvel de agro-processamento alocada à província em 2015, foram formados 265 jovens nos distritos de Angónia, Changara, Tsangano, Chiúta, Chifunde e Zumbo.

Já com a nova unidade, espera-se que sejam alcançados todos os distritos e o maior número de beneficiários.

Desde a criação do programa, foram formados em todo o país 4494 beneficiários.

Aos jovens beneficiários, Diogo recomendou que encarem a oportunidade com responsabilidade, explorando ao máximo o que os formadores têm para transmitir, colocando questões em caso de dúvidas, para que no final do curso tenham ferrementas necessárias e sejam profissionais com habilidades e atitudes, capazes de oferecer serviços de qualidade à comunidade e gerar emprego para outras pessoas.





# CURA DA DESNUTRIÇÃO AGUDA ACIMA DE 90 POR CENTO EM MAPUTO



Boas práticas alimentares são fundamentais para evitar desnutrição, sobretudo em crianças

A taxa de cura da desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos, na cidade de Maputo, apresentou, durante o primeiro semestre do ano em curso, um desempenho de 93,5 por cento, com a cura de 174 crianças com desnutrição aguda das 195 admitidas nas unidades sanitárias da urbe.

A taxa de mortes foi de 6,5 por cento, o que está abaixo do limite estabelecido, que é de 10 por cento. A cura mínima recomendada é de 72 por cento.

Para que as crianças curadas não retornem aos hospitais com os mesmos problemas de desnutrição após a alta, as mães acom-

panhantes beneficiam de palestras e demonstrações culinárias nas enfermarias de pediatria, o que permite obter conhecimentos sobre a importância de boas práticas alimentares para a saúde da criança.

O tratamento da desnutrição aguda com complicações médicas é feito em regime de internamento, sendo que os hospitais gerais José Macamo e Mavalane são os que assistem estes casos.

O número de pacientes que recorrem a estas unidades sanitárias padecendo desta doença tem vindo a reduzir devido às actividades de promoção de boas práticas alimentares, aleitamento materno exclusivo e demonstrações culinárias

realizadas nas escolas, creches, comunidades e nas unidades sanitárias.

Segundo a directora de Saúde da cidade de Maputo, Alice Magaia de Abreu, no primeiro semestre de 2017 foram suplementadas com vitamina A 86.772 crianças com idades que variam de 6 a 59 meses, e 18 001 mulheres no pós-parto.

Foram ainda desparasitadas com mebendazol 66 959 crianças e 18 838 gestantes na consulta pré-natal.

Igualmente, foram realizadas 1952 palestras nas escolas e nas unidades sanitárias e 157 demonstrações culinárias nas unidades de saúde e comunidades, e formados 187 activistas comunitários na área de nutrição, bem como 50 gestores e co-

zinheiros das escolinhas da cidade de Maputo em matéria de nutrição.

Palestras nas unidades sanitárias, feiras de gastronomia e exposição de vários produtos de alto valor nutritivo localmente disponíveis e campanhas de educação alimentar e nutricional, incluindo demonstrações culinárias, são acções apontadas por Abreu como componentes de toda uma campanha com vista a reduzir os índices de desnutrição aguda e crónica na cidade de Maputo.

Segundo explicou a dirigente, estas acções conjugadas levaram a capital a reduzir os casos de internamento por desnutrição aguda nos principais hospitais.

## Segurança privada

# MELHORAM CONDIÇÕES DE VIDA DE AGENTES

Texto: Liria Samisone

Foto: Januário Magaia

O Governo, as empresas e o sindicato dos trabalhadores das empresas de segurança privada estão a concertar com vista a melhorarem as condições de trabalho e de vida dos agentes deste ramo.

Trata-se de um sector que, apesar de ter tendências a melhorar, enfrenta dificuldades de vária ordem, como a falta de pagamento de salários, descontos não canalizados à segurança social, falta de condições de trabalho como fardamentos, entre outros que resultavam em frequentes greves.

Mas, com o surgimento dos sindicatos, este sector de actividade deixou de ser líder de greves, melhoraram as condições de trabalho, fixou-se o pagamento das famosas quatro horas extras do trabalho, já há direito de bem comum, entre outros subsídios que resultaram de negociações entre empregadores e o sindicato, com envolvimento do Executivo.

Por exemplo, com a intervenção dos sindicatos neste sector, mais de uma dezena de greves convocadas não foram realizadas, tendo-se optado pelo diálogo e soluções pré-negociadas, explicou Pedro Baltazar, presidente do Concelho de Administração da Associação das Empresas Moçambicanas de Segurança Privada (AEMSP).

"No ano passado, o sector não registou nenhuma situação de greve", referiu.

O país conta actualmente com mais de 100 empresas a operarem na área de segurança privada e cerca de 30 mil trabalhadores, sendo que 12 mil estão concentrados numa empresa, a G4S.

Para que este sector seja



Encontro entre Governo, empresariado, representantes dos trabalhadores em busca de soluções dos problemas de agentes de segurança

valorizado, a AEMSP quer criar a câmara da actividade de segurança privada e um sindicato único, bem como contribuir para o estabelecimento de uma legislação da actividade privada consentânea com a realidade e fortalecer o conceito de segurança com direito humano.

Além disso, quer-se fortalecer e valorizar as carreiras profissionais da segurança privada e dar garantia de acesso aos cursos de formação e respectivas reciclagens, bem como criar e estimular o compromisso de responsabilidade social no sector.

Há dias, o Governo, os empregadores e o sindicato deste ramo reuniram-se com o objectivo de criar o Conselho Nacional de Segurança Privada (CNSP), um órgão consultivo do Ministério do Interior (MINT) com o objectivo de intensificar a cooperação entre o sector

privado e os outros actores.

Na ocasião, a fonte disse que este sector é um dos que mais empregam no país, contribuindo para a geração da renda e redistribuição da riqueza através do pagamento de impostos e combate ao desemprego.

A conferência visava criar espaço de discussão ampla, troca de ideias à volta de variados temas que norteiam a actividade de segurança privada no país, de forma a trazer inovações e soluções para conferir dignidade ao sector. O encontro envolveu o Governo, empresariado, estruturas representativas dos trabalhadores, sociedade civil e outros segmentos.

Por seu turno, o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Empresas Privadas (SINTESP), Boaventura Subine, defende fiscalização da aplicação da Lei de Trabalho 8/2007, de 1 de Agosto, e do Decreto 9/2007, de

30 de Abril, por existirem neste sector ainda empresas sem as mínimas condições de trabalho, instalações, equipamentos inadequados e que não pagam as obrigações fiscais.

Por seu turno, o inspector-geral do Trabalho, Joaquim Siúta, referiu que muitas empresas deste sector não estão inscritas no sistema de segurança social, e as inscritas estão na condição de devedores e não pagam as contribuições.

A fonte apela ao sector para lutar pela criação de mais postos de trabalho dignos de igualdade, liberdade e dentro do respeito pelos direitos fundamentais.

"É preciso olhar para a segurança física das pessoas, mas também olhar com muita preocupação para a segurança social dos agentes de segurança privada e das suas famílias, pois é nosso desejo que os trabalhadores de hoje não se transformem em mendigos do amanhã", explicou.





## MÁRIO SITEO REELEITO BASTONÁRIO DA OCAM



Mário Siteo foi reeleito para mais um mandato na Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique

**A**s eleições para a escolha do novo bastonário da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM) realizaram-se no sábado, com Mário Vicente Siteo a superar o seu adversário directo Octávio Manhique, ao amearhar 231 votos contra 91. No total estavam inscritos 948 contabilista, mas apenas 346 votaram.

No Colégio dos Auditores, dos 43 membros com direito a voto apenas 17 se fizeram às urnas.

Siteo concorria pela lista B, Octávio Manhique pela C e Abel Guaiaguaia pela lista A. Este último era concorrente único para o Colégio dos Auditores, tendo-se tornado vice-presidente do Conselho Geral.

O processo de votação decorreu a nível nacional e teve o seu início pelas nove horas da manhã e terminou por volta

das 14:30 horas.

No fim do anúncio dos resultados dos votos, os órgãos sociais dos dois colégios (o dos auditores e contabilistas) reuniram-se para eleger o bastonário, tendo Siteo obtido maior pontuação.

Reagindo à sua recondução a bastonário da OCAM, o responsável disse ser altura de dar continuidade ao processo de criação de uma classe preparada para responder aos grandes desafios da economia do país.

O nosso interlocutor referia-se aos grandes projectos de exploração dos hidrocarbonetos no país e à necessidade de os contabilistas e auditores acompanharem o crescimento da economia nacional. "Nós sempre dissemos que a nossa candidatura é de responsabilidade e está à altura daquilo que são os desafios do país", disse, acrescentando que um dos grandes desafios futuros é filiar a Ordem às

entidades internacionais de certificação da profissão.

No que se refere ao controlo da qualidade, Siteo disse que a Ordem vai trabalhar com congéneres já experientes, principalmente a do Zimbabwe, para implementação deste instrumento.

Outro objectivo da OCAM tem que ver com a consolidação de uma instituição de prestígio e que seja orgulho da sociedade, baseada nos valores de responsabilidade, profissionalismo, inclusão, solidariedade, competência e alto sentido de serviço público. Promover as experiências adquiridas no campo prático para as universidades como contributo para moldar a formação de um corpo profissional altamente competente, que sirva os interesses da contabilidade empresarial como plataforma para alimentar as finanças públicas, é outro desiderato.

Siteo reconheceu que não

tem caminho fácil pela frente, mas garante o alcance de uma Ordem com liderança firme, responsável, audaz e determinada na defesa da classe e do interesse público. Mário Siteo é contabilista certificado em exercício, com mais de 30 anos de experiência; gestor de topo em instituições públicas e privadas, com mais de 25 anos. É doutorado em Gestão Estratégica Empresarial pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), professor auxiliar leccionando as disciplinas de Contabilidade, Finanças Públicas e Ética nos Negócios no mestrado. Siteo é igualmente escritor, com duas obras e muitas publicações e materiais de apoio para estudantes. A Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique conta com cerca de 4 mil membros, na sua maioria contabilistas, tendo sido criada em 2013.

# M'SAHO 2017 COM MAIS DE 40 MIL ESPECTADORES



O Festival da Timbila já é uma marca

A vila municipal de Quissico, no distrito de Zavala, parou no último fim-de-semana para acolher a 23.ª edição do Festival da Timbila, o M'saho 2017, um evento que juntou mais de 40 mil espectadores vindos de todos os cantos do país. No palco perfilaram vários grupos de timbila do distrito de Zavala, ngalanga, Grupo Cultural do ISARC e das Forças de Defesa de Moçambique, estes dois últimos vindos da capital do país. O evento foi dirigido pelo governador de Inhambane, Daniel Chapo, que na ocasião defendeu que o M'saho, promovido anualmente pelo Executivo local, deve ser visto como uma marca da Terra de Boa Gente. "O Festival da Timbila, cuja realização testemunhamos

desde o ano de 1994, ocorre dentro dos esforços do Governo moçambicano no âmbito da preservação de hábitos e costumes típicos dos moçambicanos e que nos identificamos como um povo no contexto das nações", referiu Daniel Chapo. De acordo com o governante, o Festival da Timbila, edição 2017, é realizado numa altura em que se questiona a eficácia dos métodos aplicados para a preservação do mwendje, árvore que fornece a madeira para o fabrico deste instrumento musical tradicional e que se encontra em perigo de extinção. "Portanto, é necessário que os intervenientes, a todos os níveis, reflectam e encontrem soluções para a disseminação e preservação desta planta na nossa província", desafiou o governador.

Num outro desenvolvimento, Chapo saudou a população da vila de Quissico pela passagem do 45.º aniversário da vila, que coincidiu com a realização do M'saho 2017.

"Por esta ocasião, queremos felicitar os residentes, os comerciantes, o Governo Distrital e Municipal, em particular, pois acompanhamos a evolução da vida social e económica da vila, reflectida na construção e reabilitação de várias infra-estruturas sociais e económicas", saudou o governador.

Por sua vez, Anifa Hassamo, directora-adjunta da Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane, disse aos participantes que o Governo irá continuar a promover o turismo cultural, como forma de atrair mais turistas.

Para alguns espectadores

presentes no Festival da Timbila, o M'saho deve ser uma marca internacional. Mauro Vombe, fotógrafo, disse ter valido a pena ter saído de Maputo para ver "in loco" o M'saho porque, segundo ele, carrega muita emoção e é uma maravilha. "Foi um festival muito bonito, equipara-se a festivais internacionais como o Bush Fire, da vizinha África do Sul, que acontece anualmente naquele país, e aqui nós temos de internacionalizar este evento", defendeu Vombe.

Paula Nhamtumbo, contabilista, acredita que o M'saho é cultura, é identidade e deve ser uma marca registada e conhecida internacionalmente. Por isso, desafia as autoridades da Cultura e Turismo para, tal como fizeram da timbila, património cultural, o façam do festival.

"Já é tempo de as autoridades governamentais registarem o M'saho ou Festival da Timbila como uma marca registada e internacional, onde, para além de grupos de timbila local, participem grupos vindos de fora da província e de outros países", disse.